

RECEBI

EM 30 / junho / 97
HORAS: 20-30
ASSINATURA

AUTÓGRAFO N.º 1.959
DE 30 DE JUNHO DE 1997.

APROVA O PROJETO DE LEI N.º 020, DE 25 DE JUNHO DE 1997.

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ
PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL "DR. CÁSSIO DE FREITAS LEVY", DE
CORDEIRÓPOLIS, APROVOU:-**

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cordeirópolis.

Artigo 2º - Ao Conselho compete:

- 1** - Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;
- 2** - Promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;
- 3** - Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual e anualmente o Programa de Trabalho Anual e acompanhar a sua execução;
- 4** - Manter intercâmbio com conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;
- 5** - Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas à agropecuária e ao abastecimento alimentar.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 06 membros, sendo:



CORDEIRÓPOLIS - SP

- I** - Um representante titular e um suplente da Prefeitura Municipal;
- II** - Um representante titular e um suplente do Escritório de Desenvolvimento Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, indicados pelo Coordenador;
- III** - Um representante titular e um suplente do Escritório de Defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, indicados pelo Coordenador;
- IV** - Um representante titular e um suplente de associações ou sindicato dos produtores rurais, pelo mesmo indicados;
- V** - Um representante titular e um suplente da associação ou sindicato dos trabalhadores rurais, pelo mesmo indicado;
- VI** - Um representante titular e um suplente de Cooperativas rurais, pelas mesmas indicadas;

§ 1º - Inexistindo Associações ou Sindicatos ou Cooperativas, a participação de representantes dos produtores e trabalhadores rurais será garantida por indicação do Prefeito Municipal.

§ 2º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão designados por ato do Prefeito Municipal;

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de dois anos, facultada a recondução.

Artigo 4º - Dentro de trinta dias após a composição do Conselho, os seus membros deverão aprovar Regimento Interno disciplinando seu funcionamento e a forma de eleição de seu Presidente.

Artigo 5º - O Escritório de Desenvolvimento Rural fornecerá a infra-estrutura administrativa necessária à atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal Dr. Cássio de Freitas Levy", de Cordeirópolis,
aos 30 de junho de 1997.**


MILTON ANTONIO VITTE
-Presidente -